

CLÁUDIA BATISTA CHAVES RIBEIRO
ANDRÉ LUIS LIMA NOGUEIRA

A HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA E DO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO SOBRADINHO



CLÁUDIA BATISTA CHAVES RIBEIRO
ANDRÉ LUIS LIMA NOGUEIRA

**A HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE
BOA ESPERANÇA E DO DISTRITO DE
SÃO JOSÉ DO SOBRADINHO**

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing

Vitória

2024

A História local do município de Boa Esperança e do distrito de São José do Sobradinho © 2024, Cláudia Batista Chaves Ribeiro e André Luis Lima Nogueira.

Orientador: Prof. Doutor André Luis Lima Nogueira.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira.

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing.

Diagramação: Ilvan Filho.

DOI: 10.29327/5412144

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484h

Ribeiro, Cláudia Batista Chaves.

A história local do município de Boa Esperança e do distrito de São José do Sobradinho / Cláudia Batista Chaves Ribeiro, André Luis Lima Nogueira.

Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2024.

39 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-6013-072-2

1. Boa Esperança (ES) - História. 2. Distrito de São José do Sobradinho (Boa Esperança, ES) – História. I. Nogueira, André Luis Lima. II. Título.

CDD – 981.52



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
LOCALIZAÇÃO	06
INTRODUÇÃO	07
JUSTIFICATIVA	20
SEQUÊNCIA DIDÁTICA – CONHECENDO NOSSA HISTÓRIA	22
ETAPA I – CONHECENDO MINHA CIDADE	22
ETAPA II – DESBRAVANDO O LOCAL ONDE MORO: MINHA COMUNIDADE	28
REFERÊNCIAS	37
OS AUTORES	38



APRESENTAÇÃO

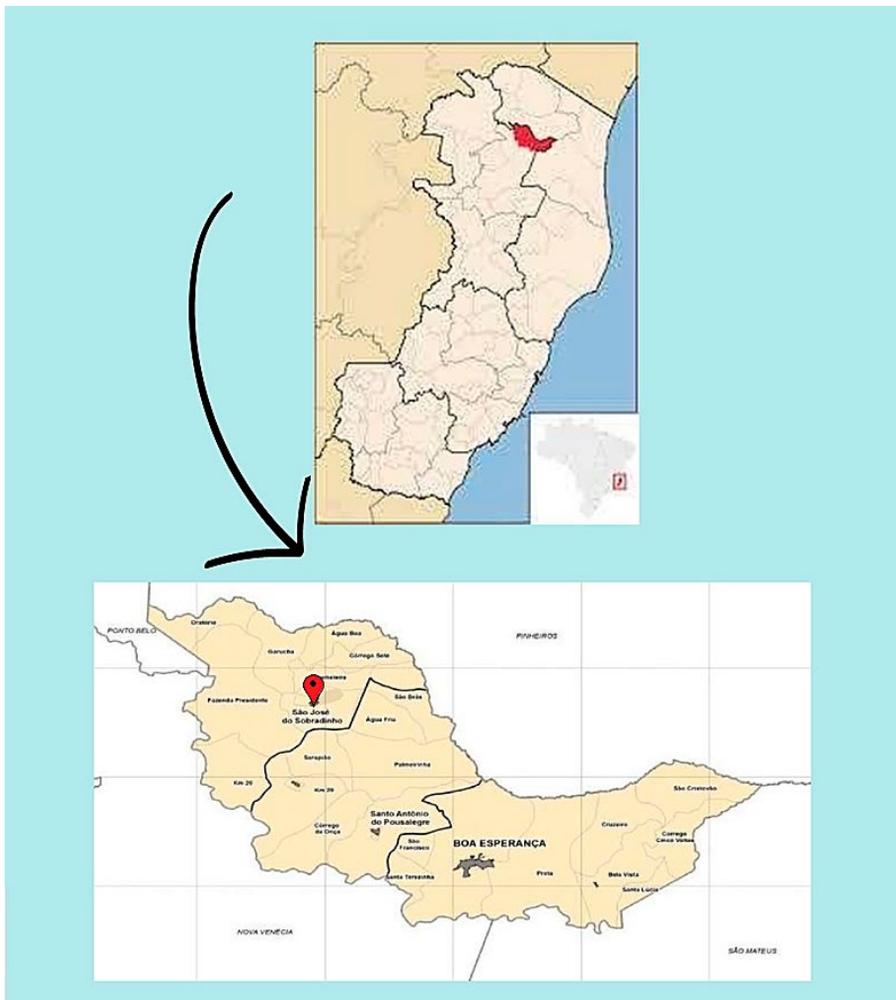
Caríssimos Professores! É com grande alegria que a Sequência Didática “A História local do município de Boa Esperança e do Distrito de São José do Sobradinho” está sendo apresentada a vocês, material que carinhosamente foi elaborado com o intuito de propor atividades com objetivo que seja trabalhada a História Local do Município de Boa Esperança e especialmente a comunidade de São José do Sobradinho.

Este material é produto resultado de pesquisas feitas durante o Mestrado Profissional em Ciências, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, tendo cuja perspectiva o desenvolvimento do senso de pertencimento nos alunos, a valorização cultural e histórica do Município de Boa Esperança e da comunidade de São José do Sobradinho.





LOCALIZAÇÃO





INTRODUÇÃO

BOA ESPERANÇA

Conhecer a história de um povo, é valorizar suas raízes e culturas, enaltecendo seu processo de evolução e conquistas. Nesse sentido, trazer um material que oportunize aprofundar um estudo acerca da cidade de Boa Esperança e também da Comunidade São José do Sobradinho, é valorizar sua história e a memória daqueles que tanto contribuíram para a construção da cidade e da comunidade.

A cidade de Boa Esperança foi um município emancipado em um momento político bastante conturbado, dois meses depois do golpe militar que culminou na ditadura no Brasil, e em um momento econômico ruim do Estado, com a erradicação do café em razão do grande estoque excedente no comércio mundial. Ainda assim, Boa Esperança sobreviveu a todas as intempéries com trabalho, otimismo, crescimento e desenvolvimento sustentável.

Seu passado colonial está ligado diretamente a São Mateus e Nova Venécia. Essa ligação, dada principalmente pela proximidade das três cidades, fez com que vários acontecimentos se entrelaçassem no decorrer dos tempos entre estes municípios.

Até o final do século XIX, Boa Esperança fazia parte do complexo Serra dos Aimorés, que compreendia o Norte do Espírito Santo, Nordeste de Minas Gerais e Sul da Bahia, pertencente a São Mateus.



Por ter sido um dos últimos locais na região onde a mata se mantinha intacta até o início do século XX, foi escolhida como refúgio pelos poucos índios botocudos, que conseguiam sobreviver à ocupação branca que se alastrava na região de São Mateus, Nova Venécia e Colatina, por conta da construção das estradas de ferro de Vitória à Minas e Bahia e da ponte Florentino Avidos, em Colatina.

Durante a transição dos séculos XIX e XX, muitos foram os imigrantes nordestinos que fugiram da seca para o Norte do Espírito Santo, região agora próspera. João Antônio do Livramento veio de barco de Riachão do Dantas, no Sergipe, e aportou em Caravelas, na Bahia, seguindo até São Mateus onde encontrou Antônio dos Santos Neves, que o convidou para abraçar o trabalho da serraria em São Mateus. O ano era 1921, afinal a colonização prometida ao governo em seis meses após a posse das escrituras já havia expirado. Assim começou o movimento pioneiro de Boa Esperança.

Até então os índios botocudos se mantinham naquele que era ainda um dos únicos locais com mata inexplorada no Norte do Espírito Santo, acuados pelo crescimento acelerado. Agora, eles tinham que enfrentar todo o desmatamento provocado pela exploração da madeira.

Ao local, Antonico e João Antônio deram o nome de Vila Boa Esperança, por conta da grande expectativa que os colonizadores tinham quanto à prosperidade que viria por meio da exportação da madeira de lei, peroba e jacarandá.



Os pioneiros encontraram dificuldades para conduzir a madeira e foram obrigados a fazer o transporte pelo Rio do Norte até o Porto de São Mateus. Sem qualquer proteção, o produto ficava danificado, perdendo parte do seu valor.

Por essa razão, na década seguinte, as madeiras passaram a ser transportadas em toras, da forma que não queriam os pioneiros inicialmente. O processo era o mesmo e muitas foram as toras que afundaram no Rio do Norte e são encontradas até hoje por proprietários de terras da região.

Em 1940, com o crescimento local, os índios botocudos são obrigados a ceder e foram encaminhados aos postos indígenas em Mucuri, na Bahia, e Governador Valadares, em Minas Gerais, onde trabalhariam na construção das estradas de ferro. Não há registro do número exato de índios que foram retirados de Boa Esperança para o trabalho nas ferrovias.

Quanto à sua referência geográfica, Boa Esperança fez parte do complexo Serra dos Aimorés – que incluía o Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia e Nordeste de Minas Gerais, tal complexo pertencia ao município de São Mateus, isso até o século XIX.

Sendo assim, do ponto de vista da colonização e de sua posição geográfica, Boa Esperança possui ligação com São Mateus e Nova Venécia, visto que, por serem cidades próximas, acabaram estabelecendo uma conexão entre as ocorrências históricas.



A urbanização de Boa Esperança deve-se, principalmente, a Antônio dos Santos Neves (ou Antonico, como era conhecido). Antonico era casado com a filha do Major Antônio Rodrigues da Cunha, o famoso Barão de Aimorés e, por esse motivo, recebeu como dote terras que rodeavam a Pedra do Elefante, localizada em Nova Venécia, onde residia juntamente com a sua família. Por ser Engenheiro Civil, observou as terras da região e notou o potencial de crescimento das mesmas, principalmente devido a grande presença de madeira lá encontrada, foi ele então que ficou responsável pela mediação das terras desta parcela regional. Antonico possuía, ao adquirir esta parte do território, a intenção de estabelecer ali uma serraria.

É importante esclarecer que no documento do processo de posse de terra consta que este registra como primeiro proprietário, o primo de Antonico, João dos Santos Neves (pai de Jones dos Santos Neves, que veio a ser governador), que exercia a profissão de médico e assim como ele, era de São Mateus.

Boa Esperança possuía intensa presença de mata que, até então, estava intacta. Entretanto, João dos Santos Neves alegou que apesar de, como consequência da colonização, houvesse a necessidade de que a mata fosse derrubada, a madeira lá presente não seria perdida, já que ele pretendia e se comprometeu a instalar uma serraria, com o intuito de exportar a madeira. Esta serraria foi construída com máquinas a vapor, vindas de navio, mas foi totalmente coordenada por Antônio dos Santos Neves.



João dos Santos Neves também se comprometeu em utilizar aquelas terras para a abertura de pastagens e cultivo de cereais que, em razão da distância para obtenção de alimentos, serviria de abastecimento dos empregados.

Ao iniciar a colonização desta região e ali se estabelecerem, houve a primeira escritura do território de Boa Esperança, firmada em 8 de maio de 1920. Contudo, a mediação teve a sua realização por Arthur Porto, Antônio dos Santos Neves apenas assinou como representante de seu primo, João dos Santos Neves.

No que se refere à população indígena dos “botocudos” (termo genérico geralmente utilizado pelos portugueses para os mais diversos povos indígenas não subjugados, por conta dos “botoques” que usavam nos lábios, orelhas e narizes) que ali haviam se estabelecido, até este presente momento permaneceu, visto que o território de Boa Esperança era um dos poucos locais em que a mata ainda não tinha sido completamente explorada no Norte do Espírito Santo. Porém, com todo este movimento colonial, os botocudos passaram a ter que encarar o desmatamento e exploração de madeira promovida pelos colonizadores. Em razão do crescimento de Boa Esperança, em 1940 os índios botocudos foram obrigados a ceder às terras e foram encaminhados pelos colonizadores aos postos indígenas nas cidades de Mucuri – BA, e Governador Valadares – MG.

Inicialmente a atual Boa Esperança foi por Antônio e João Antônio denominada de Vila Boa Esperança, em razão de possuírem fortes expectativas quanto à exportação de madeira de lei, peroba e jacarandá.



Em 22 de outubro de 1949, o então Governador do Estado Carlos Fernando Monteiro Lindemberg decretou a transição de Boa Esperança de povoado para distrito de São Mateus, pela Lei nº 265, sendo o território de Boa Esperança, a partir deste momento, parte de Nova Venécia e parte de São Mateus. Contudo, um dos momentos mais marcantes aconteceu em 20 de novembro de 1963, quando por meio da Lei nº 651, aprovada de forma unânime, Boa Esperança deixa de ser distrito e se torna município. Sua constituição legal ocorreu pelo Governo do Estado do Espírito Santo no dia 1º de janeiro de 1964 e, no mesmo ano, em 3 de maio, instalada pela Lei nº 1.912.

E então, por nomeação do Governo do Estado, o município passou a ser gerenciado por José Cirino do Carmo, de São Mateus.

Passando diretamente para o governo municipal de Emerson da Rocha Verly (1973-1976), como terceiro prefeito de Boa Esperança promoveu momentos de grande relevância econômica que auxiliaram no crescimento da cidade, tratam-se da instalação do posto do Banestes e a construção do Terminal Rodoviário Arnaldo Verly, entre outras obras.

No período do governo de Emerson Verly os preços do café obtiveram significativa melhoria, contribuindo assim para um ciclo de renovação das lavouras, fazendo com que, conseqüentemente, as comunidades do interior de Boa Esperança (Santo Antônio do Pousalegre, São José do Sobradinho, Bela Vista e Quilômetro Vinte) se expandissem.



O posto Banestes torna-se então agência, sendo também instituída a agência do Banco do Brasil, a transformação da Escola Técnica de Comércio em Escola de 1º e 2º Grau Antônio dos Santos Neves, a instalação dos postos telefônicos em São José do Sobradinho e Santo Antônio do Pousalegre, que tiveram evolução econômica e crescimento com o cultivo do café.

Já no ano de 1985 foi demarcada a Sede, as comunidades de Bela Vista e Quilômetro Vinte, e os distritos de Santo Antônio do Pousalegre e Sobradinho, estes criados pelas Leis nº 4.051 e 4.065 e devidamente assinadas pelo governador da época Gerson Camata.

Um fator primordial que promoveu o crescimento de Boa Esperança foi a ampliação dos convênios com os governos Federal e Estadual, realizando a reforma e aumento de escolas e unidades de saúde, como a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Floriano Dalla parte Milanese, em Vila Fernandes e o Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) Sonho Encantado (uma das primeiras creches do estado do Espírito Santo).

Houve também o calçamento em mais de 70% das vias, incluindo também a pavimentação do asfalto da ES 315 de Boa Esperança à Sobradinho, a instalação das redes de esgoto, a implementação do sistema de abastecimento de água do distrito Sobradinho e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), entre outras obras promissoras.



SÃO JOSÉ DO SOBRADINHO

A colonização (ocupação) da região de Sobradinho começou na década de 1940, quando no território ainda prevalecia a grande presença da Mata Atlântica e os primeiros desbravadores eram os madeireiros. Não havendo à época nenhuma residência, os madeireiros construíram um pequeno sobrado, que servia de abrigo para os mesmos pernovernarem, para que, no dia seguinte, pudessem seguir viagem, pois havia muitas onças na região. Devido à construção ser de madeira, de dois andares e servir como ponto de referência, a localidade passou a ser denominada “Sobradinho”.

Com o passar do tempo, surgiram os primeiros moradores da região, sendo estes os seguintes: Mario Médice, Victor Zottel, Augusto Corradi, Américo Corradi, Valdemiro Corradi, Abílio Zottel, Ítalo Médice, Adir Marques Bernardo, Arnor Ramos, todos já falecidos, as famílias destes migrantes entretanto, são residentes ainda hoje na região.

O Patrimônio São José do Sobradinho, carinhosamente chamado de Sobradinho, se desenvolveu muito nos últimos anos. São José do Sobradinho é um distrito do município de Boa Esperança, no Espírito Santo. De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2022 o distrito possuía cerca de 2100 habitantes e está situado na região norte do município. O distrito São José do Sobradinho é a sede distrital das seguintes comunidades: Gameleira, Garrucha, Sete, Água Boa, Fazenda Presidente e Oratório.



Na sede do distrito está localizada a Igreja Católica (São José do Sobradinho), a Igreja Batista, a Igreja Maranata, a Igreja Assembléia de Deus, a Praça de alimentação e o comércio local.

O Santuário Imaculada Conceição fica fora da sede em Água Boa, sendo considerado o único ponto turístico que é sempre visitado pelas pessoas da comunidade e pelos alunos das escolas em visitas escolares.

Na área de lazer e da cultura o distrito dispõe de uma quadra poliesportiva que pertence à comunidade/escola e é utilizada nos finais de semana para jogos e festas da comunidade como recepção de casamentos e festas de aniversários. Na sede da associação dos pequenos agricultores e em um estabelecimento particular Esport-Club acontecem festas particulares. Em finais de semana no campo de futebol da prefeitura, acontecem jogos. A comunidade conta também com a beleza natural mais famosa da cidade, a Pedra da Botelha, que é escalada por pessoas da cidade e região, além da Prainha do Areia, um recanto charmoso e aconchegante para lazer e descanso.

O distrito dispõe ainda de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Sobradinho”, esta fica situada na Cidade de Boa Esperança, na rua Faustina Monti S/N – Distrito de São José do Sobradinho e iniciou seu funcionamento em 1970, atendendo de 1ª a 4ª séries.

No ano de 1978, foi transformada em Unidade completa de Ensino Fundamental, através da Portaria E Nº 902, de 22/05/1978, DOES 23/05/78 atendendo, portanto, à clientela de 1ª a 8ª séries. À medida que o distrito



foi crescendo e exigindo cidadãos com mais conhecimentos, o Estado, em 1982, através da Portaria E Nº 1698, DOES 18/ 02/ 1982, foi transformada em Escola de 1º e 2º Graus.

Através da Portaria E Nº 2256, DOES 17/07/86, foram criados os Cursos de 2º Grau Habilitação Básica em Agropecuária (conforme denominação à época) e o não profissionalizante nos termos da Lei 7.044/82 e Resolução CEE Nº 73/82. O curso Habilitação Básica em Agropecuária teve sua vez nos anos de 1982 a 1984. Nos anos de 1987 a 1990 funcionou o curso Técnico de Contabilidade, criado através da Portaria E Nº 2366, de 06/10/87, retificada pela Port. E Nº 2382/87. Com a Port. E Nº 2698, de 09/10/1990 foi criado o Curso Técnico em Agropecuária, que funcionou de 1990 a 1994.

Atualmente a escola atende o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano), Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1ª a 3ª série). A estimada instituição foi o objeto de estudo e pesquisa do presente estudo.



Foto aérea da comunidade São José do Sobradinho



Foto aérea da comunidade São José do Sobradinho





Santuário de Água Boa



Igreja Católica - São José





Pedra da Botelha



Prainha do Areia





JUSTIFICATIVA

Compreendendo a importância em valorizar e enaltecer a história e a cultura local, a presente cartilha traz uma “Sequência Didática”, como aporte metodológico no processo de ensino e aprendizagem, tendo como princípio, a formação integral do educando e a apropriação social, colaborando, incentivando e sensibilizando o aluno quanto ao senso de pertencimento.

Dessa forma, a “Sequência Didática”, é um conjunto de atividades organizadas de maneira planejada e articulada, tendo como objetivo promover e estimular a aprendizagem significativa dos alunos. Essa estratégia pedagógica visa proporcionar uma sequência lógica de ações que favoreçam a construção do conhecimento de forma progressiva e integrada.

De acordo com Zabala a Sequência Didática é “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelo professor como pelos alunos” (ZABALA, 1998, p. 18).

Uma sequência didática bem elaborada contribui para a eficácia do processo de ensino, pois permite uma abordagem mais estruturada e significativa do conteúdo, favorecendo a aprendizagem dos alunos. Além disso, promove a autonomia dos estudantes, estimulando a reflexão, a criatividade e o pensamento crítico.



Em resumo, a sequência didática é uma ferramenta pedagógica fundamental para o planejamento e desenvolvimento de aulas mais dinâmicas, contextualizadas e eficientes, proporcionando uma experiência de aprendizagem mais rica e significativa para os alunos.

Para tanto, a escolha desse instrumento metodológico se deu em função das relevantes contribuições que a “Sequência Didática” oferece para o processo formativo, uma vez que esta permite que o conhecimento ocorra de forma progressiva, dando autonomia ao aluno e permitindo que este construa seu conhecimento por meio da construção e da experiência prática, ou seja, o “aprender fazendo”.

Apresentamos em seguida a “Sequência Didática: Conhecendo Nossa História”, produto final do Curso de Pós-Graduação Strito Sensu em Educação, fruto de um árduo período de estudos de quase três anos. Que este material auxilie e sirva de suporte para outros professores, podendo ser adaptado de acordo com a realidade de cada série escolar, cidade e comunidade.





SEQUÊNCIA DIDÁTICA - CONHECENDO NOSSA HISTÓRIA (TURMA: 4º Ano)

ETAPA I - CONHECENDO MINHA CIDADE



Objetivo Geral

Desenvolver nos alunos a capacidade de compreender e identificar características e elementos essenciais de sua cidade, promovendo um maior entendimento do ambiente em que vivem e incentivando o sentimento de pertencimento e cuidado com o local.



Objetivos Específicos

- Incentivar a pesquisa e a busca por informações sobre a cidade, desenvolvendo habilidades de investigação e curiosidade nos alunos.
- Estimular a observação e a análise crítica do ambiente urbano, promovendo a percepção de como a cidade funciona e se organiza.
- Fomentar o respeito e a valorização do patrimônio cultural e histórico da cidade, fortalecendo a identidade local dos alunos.
- Proporcionar a vivência de uma aula prática e interativa, permitindo aos alunos a aplicação dos conhecimentos adquiridos de forma significativa e contextualizada.

Contextualização



AULA 1

Desenvolvimento (10 - 15 minutos)

Logo no início da aula o (a) professor (a) irá apresentar o tema que será estudado durante as próximas aulas, explicando que todas as atividades serão desenvolvidas de modo que os alunos conheçam a história da sua cidade e da comunidade onde vivem.

O (a) professor (a) pode elencar situações- problema para despertar o interesse dos alunos: Vocês já pararam para pensar em como nossa cidade foi construída ao longo do tempo? O que veio primeiro, as casas ou as ruas? Como as pessoas se locomoviam antes dos carros? E como era a cidade onde vivemos antes de nossos avós nascerem? Vocês já imaginaram como seria nossa cidade se não tivéssemos praças, parques e outros locais de lazer e cultura? Como seria viver em um lugar onde não há espaços para brincar, se divertir e aprender?

Contextualização

O (a) professor (a) deve explicar a importância de conhecer a própria cidade, ressaltando que esse conhecimento contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e participativos na sociedade.

Pode-se citar exemplos de como o conhecimento da cidade pode ser útil no dia a dia, como saber se locomover, conhecer os serviços e espaços públicos disponíveis, entender a história e a cultura local, entre outros.



Para captar a atenção dos alunos, o professor pode compartilhar curiosidades e fatos interessantes sobre a cidade, como por exemplo: “Vocês sabiam que a nossa cidade foi fundada em tal data por tal pessoa? “E que ela foi crescendo e se desenvolvendo ao longo do tempo, com a construção de novas ruas, prédios e espaços públicos?” “Vocês já pararam para pensar em como a nossa cidade seria se não tivéssemos energia elétrica, água encanada, internet, ou outros serviços básicos?” “Como seria a vida aqui?”

Por fim, o professor deve apresentar o tema da aula: “Conhecendo minha cidade”. Explicar que ao longo da aula, os alunos irão explorar e descobrir mais sobre a cidade em que vivem, entendendo sua formação, sua estrutura, sua história e seus espaços públicos.

Atividade 1: “Tour pela cidade”

Em parceria com os demais professores da turma e com a Secretaria Municipal de Educação, os alunos farão uma tour pela cidade, conhecendo os pontos turísticos e onde ficam as repartições públicas. No tour serão visitadas as praças, a Pedra da Botelha, a Igreja Católica (Matriz), a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, o Hospital, o Ginásio de Esportes e o encerramento será com um delicioso Piquenique no Estádio Municipal.

Na ocasião os alunos farão registros fotográficos e relatórios que posteriormente serão utilizados durante as aulas.



AULA 2

Atividade 1: “Mapa da Minha Cidade”

(10 - 15 minutos)

Material necessário: Folhas de papel, lápis de cor, régua, marcadores.

Os alunos serão divididos em grupos de no máximo três pessoas.

Cada grupo receberá uma folha de papel grande (cartolina branca) e será orientado a desenhar o mapa da sua cidade, tomando como referência o tour feito na aula anterior.

O professor deve fornecer algumas diretrizes, como a inclusão de principais ruas, praças, escolas, hospitais, e outros locais de referência.

Enquanto os alunos desenham, o professor deve circular pela sala, auxiliando e fazendo perguntas para estimular a reflexão e a pesquisa, como por exemplo: “O que vem antes das ruas? E antes das casas? Como as pessoas se locomoviam antes dos carros? O que é uma praça e para que serve?”.

Ao final, cada grupo deve apresentar seu mapa para a turma, explicando as escolhas que fizeram e as informações que incluíram.

Após a apresentação, os cartazes ficarão expostos na sala de aula ou em algum outro espaço da escola.



Atividade 2: “Teatro de Sombras: A História da Minha Cidade”

(15 - 25 minutos):

Material necessário: Papel cartão preto, palitos de sorvete, tesoura, cola, projetor de luz (ou lanterna). A turma será dividida em grupos de no mínimo cinco alunos. Cada grupo deve criar um pequeno teatro de sombras para contar a história da cidade.

Eles devem recortar silhuetas de prédios, árvores, pessoas e outros elementos que representem a cidade em diferentes momentos de sua história.

Em seguida, devem colar as silhuetas nos palitos de sorvete.

O professor deve providenciar um local escuro e um projetor de luz (ou uma lanterna) para que os alunos possam apresentar seus teatros de sombras.

Os grupos devem praticar a apresentação e, em seguida, apresentar suas histórias para a turma.

Esta atividade promove a criatividade, a colaboração e a compreensão histórica dos alunos.

Nesta etapa, os alunos terão a oportunidade de explorar a cidade, interagir com o ambiente, pesquisar e refletir sobre o local onde vivem.

Após a conclusão das atividades, o (a) professor (a) deve conduzir uma discussão em grupo, onde cada equipe compartilhe suas descobertas, desafios enfrentados e soluções encontradas.



O (a) professor (a) deve aproveitar este momento para corrigir quaisquer equívocos, reforçar pontos importantes e conectar as experiências dos alunos com os conceitos teóricos apresentados na introdução da aula.

É essencial que o (a) professor (a) estimule a participação de todos os alunos, garantindo que todos tenham a oportunidade de compartilhar suas ideias e perspectivas.

Após a discussão em grupo, o (a) professor (a) deve retomar os principais pontos levantados pelos alunos.

Todas as apresentações devem ser fotografadas, de modo que as fotos sejam expostas em um lindo mural na sala de aula ou em outro ambiente da escola.





ETAPA II - DESBRAVANDO O LOCAL ONDE MORO: MINHA COMUNIDADE



Objetivo Geral

Compreender o conceito de comunidade e a importância do respeito e cooperação entre os moradores de um mesmo local.



Objetivos Específicos

- Desenvolver habilidades de observação e descrição, através do estudo dos elementos que compõem a comunidade.
- Estimular o pensamento crítico, promovendo a reflexão sobre a importância do respeito e cooperação na vida em comunidade.
- Incentivar a expressão oral e escrita, através da descrição e discussão dos elementos da comunidade.

Contextualização



AULA 3

Desenvolvimento

(10 - 15 minutos)

O (a) professor (a) deve iniciar a aula lembrando os conteúdos trabalhados em aulas anteriores, reforçando que até o momento as ações foram voltadas para o conhecimento da nossa cidade e que, de agora em diante, as atividades serão diretamente ligadas a nossa comunidade, aproximando ainda mais o aluno do conteúdo a ser estudado.

Pode-se promover uma breve discussão para que os alunos expressem o que lembram a respeito das aulas anteriores, dando um feedback para o (a) professor (a), se gostaram ou não das aulas, e trazendo sugestões para as próximas aulas.

Entrando especificamente no tema das aulas seguintes, que é sobre a comunidade local, o (a) professor (a) pode propor duas situações-problema para instigar a curiosidade dos alunos e despertar o interesse pelo tema da aula: “Vamos pensar em nossa comunidade como um grande quebra-cabeças. Quais seriam as peças que a compõem? Quais são os elementos que tornam nossa comunidade um lugar especial para se viver?”

O (a) professor (a) deve contextualizar a importância do tema, explicando que entender a comunidade onde vivemos é fundamental para nos sentirmos parte dela e para conseguirmos contribuir de maneira positiva.



O (a) professor (a) inicia compartilhando curiosidades sobre a comunidade, como por exemplo, a origem do nome da comunidade e os primeiros moradores. Pode-se também utilizar-se de recursos visuais, como fotografias ou vídeos, para apresentar e fazer um comparativo de como era e como está a comunidade na atualidade.

Atividade 1: “Mapa da Comunidade”

(15 - 20 minutos)

O (a) professor (a) deve dividir a turma em grupos de no máximo cinco alunos. Cada grupo receberá uma folha de papel grande e colorida, canetinhas e adesivos variados.

O desafio é que cada grupo desenhe um mapa da sua comunidade, incluindo todos os locais de convivência e serviços públicos que eles conseguirem lembrar.

Os alunos também devem indicar no mapa a localização da escola.

Enquanto os grupos trabalham, o professor deve circular pela sala, fazendo perguntas para estimular a reflexão e aprofundar o entendimento dos alunos sobre a importância de cada local para a comunidade.

Ao final da atividade, cada grupo deve apresentar seu mapa para a turma, explicando a escolha dos locais e a importância deles para a comunidade.

Após realização das apresentações, os mapas ficarão expostos na sala de aula.



AULA 4

Atividade 1: “Descobrimo Nossa Comunidade”

(20 - 25 minutos)

Em grupos de cinco estudantes, os alunos receberão uma lista de perguntas sobre a comunidade. As perguntas podem incluir coisas como: “Quantos parques temos em nossa comunidade?”, “Onde fica o posto de saúde?”, “Quantas escolas temos?” e assim por diante.

O desafio é que os grupos tentem responder às perguntas usando o conhecimento que já têm sobre a comunidade. Para isso, eles podem discutir entre si, consultar os mapas que desenharam na atividade anterior e, se necessário, pedir ajuda ao professor.

O objetivo desta atividade é que os alunos percebam que há muitas coisas sobre a comunidade que eles ainda não sabem e que é importante conhecer bem o local onde vivem.

Ao final da atividade, o professor deve revisar as respostas com a turma, esclarecendo dúvidas e reforçando o entendimento sobre a importância de cada local para a comunidade.



Atividade 2: “Construindo Nossa Comunidade”

(20 – 25 minutos)

Ainda em grupos, agora o desafio é que cada grupo crie um “protótipo” de uma nova adição para a comunidade. Pode ser um novo parque, uma praça, um centro comunitário, uma biblioteca, etc.

Eles devem desenhar o protótipo no papel e escrever uma breve descrição do que seria e como ele beneficiaria a comunidade.

Ao final da atividade, cada grupo deve apresentar seu protótipo para a turma, explicando a ideia por trás dele e por que ele seria uma boa adição para a comunidade.

O professor deve promover uma discussão em grupo, onde cada grupo compartilhe suas soluções ou conclusões das atividades realizadas.

Esta é uma oportunidade para os alunos aprenderem uns com os outros, para o professor avaliar a compreensão dos alunos e para todos refletirem sobre o que foi aprendido.



AULA 5

Atividade 1: “Caça ao Tesouro na Minha Comunidade”

(30 - 50 minutos)

Material necessário: Lista de perguntas e desafios e canetas.

Em grupo de cinco alunos, cada grupo receberá uma lista de perguntas e desafios sobre a comunidade.

As perguntas podem ser do tipo: “Qual é o nome da praça principal da nossa cidade?” ou “Quando nossa comunidade foi fundada?”. Os desafios podem incluir tarefas como: “Tire uma foto na praça principal da cidade” ou “Entreviste um morador antigo e pergunte como era a comunidade quando ele era criança ou quando chegou na comunidade”.

Os alunos devem trabalhar juntos para responder às perguntas e completar os desafios, explorando a cidade e interagindo com o ambiente.

Para essa atividade, algumas pessoas da equipe serão convidadas a participar, pois os alunos farão um itinerário informativo pela comunidade, abordando pessoas no comércio, nas casas e nos espaços públicos, realizando a interação entre escola e comunidade, contribuindo assim para a formação crítica do estudante. É importante criar um roteiro para esse itinerário, apresentando os locais onde serão visitados e as pessoas que serão entrevistadas, de modo que elas sejam comunicadas com antecedência sobre a visita dos estudantes.



O (a) professor (a) deve acompanhar os grupos durante a atividade, fornecendo orientações, esclarecendo dúvidas e fazendo os registros fotográficos.

AULA 6

Atividade 1: “Caça ao Tesouro na Minha Comunidade” - (Continuação)

(20 - 30 minutos)

Com a lista de perguntas e desafios respondidos, cada grupo irá fazer a apresentação das suas anotações e expressar as impressões que tiveram em cada visita e entrevista realizada, compartilhando suas respostas e experiências com a turma.

Ao finalizar as apresentações, o (a) professor (a) deve, fazer a conexão entre as atividades realizadas e os conceitos teóricos apresentados durante as aulas. Por exemplo, o (a) professor (a) pode destacar como a atividade “Mapa da Comunidade” ajudou a visualizar a diversidade de moradias e locais de convivência na comunidade, reforçando a ideia de que a comunidade é formada por diferentes pessoas e lugares que trabalham juntos. Além disso, o (a) professor (a) pode ressaltar como a atividade “Construindo Nossa Comunidade” permitiu aos alunos a aplicarem o conceito de cooperação e respeito na prática, ao trabalharem juntos para criar uma adição benéfica para a comunidade.

Para encerrar a aula, o (a) professor (a) deve propor que os alunos reflitam individualmente sobre o que aprenderam. O (a) professor (a)



pode fazer perguntas como “Qual foi o conceito mais importante que você aprendeu hoje?” e “O que você ainda não entende completamente e gostaria de aprender mais?”

Esta reflexão final é uma oportunidade para os alunos consolidarem seu aprendizado e para o (a) professor (a) identificar quaisquer áreas que possam precisar de revisão ou reforço em aulas futuras.

Finalizando a aula, o (a) professor (a) pode recapitular os principais pontos abordados nas aulas. Isso inclui o conceito de comunidade, a importância do respeito e cooperação entre os moradores, a diversidade de moradias e locais de convivência, e a relevância dos serviços públicos para o bem-estar da comunidade.

Pode-se fazer uma breve revisão das atividades realizadas, destacando as principais descobertas e reflexões dos alunos.





“O bom livro didático é aquele usado pelo bom professor”.

Circe Bittencourt

AGRADECIMENTO

Ser grata, é reconhecer que sozinho até poderíamos chegar a algum lugar, mas juntos podemos ir muito mais longe. Agradeço ao meu esposo Fredson, meus filhos Clara e Felipe, meus colegas que sempre confiaram em meu potencial e aos profissionais da EEEFM “Sobradinho”, em especial a diretora Leonice Barbosa Bergamin, uma pessoa sempre acolhedora e uma grande incentivadora durante todo processo de pesquisa, e ao Orientador de Mestrado, André Luis Lima Nogueira, que foi o suporte em todas as etapas da formação, sendo o incentivador e mediador da construção desta Sequência Didática.

Sem vocês meu sonho nunca se tornaria realidade.



REFERÊNCIAS

BOA ESPERANÇA. História do Município: Boa Esperança 50 anos de História e Desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Boa Esperança Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.boaesperanca.es.gov.br/pagina/ler/1017/historia-do-municipio>. Acesso em: 21 ago. 2023.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: História / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volu_me-06-historia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Sobradinho”. Boa Esperança. 2023. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1EtN-QdAANs7Ory--RhrYCV1RooJJnnCM/view>>. Acesso em: 07 jul. 2024.

ZABALA, A. A Prática Educativa: Como educar. Porto Alegre, 1998.



OS AUTORES

CLÁUDIA BATISTA CHAVES RIBEIRO

Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC); Licenciada em pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus (MULTIVIX - 2014); Especialista em Gestão Educacional com Habilitação em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Faculdade de Educação da Serra (FASE - 2015); Especialista em Alfabetização e letramento pela Faculdade de Educação da Serra (FASE - 2016); Especialização em Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES - 2019); Licenciatura em Letras - Português e Inglês pela Centro Universitário FAVENI - (UNFAVENI - 2023); Especialista em Metodologia de Língua portuguesa e Inglesa pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI - 2024).





ANDRÉ LUIS LIMA NOGUEIRA

Possui graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004), doutorado em História das Ciências pelo Fundação Oswaldo Cruz (2013), pós-doutorado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015) e pós-doutorado pelo Fundação Oswaldo Cruz (2020). Atualmente é Professor Doutor da Faculdade do Vale do Cricaré e Estatutário do Fundação de Apoio à Escola Técnica. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas: feitiçaria, práticas mágicas, história da medicina e das práticas de curar (séculos XVIII e XIX).



ISBN: 978-65-6013-072-2

DIÁLOGO
EDITORIAL

